

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
UNIDADE SANTANA DO IPANEMA - CAMPUS SERTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LAYNE DE LIMA VITOR

PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO NO SERTÃO ALAGOANO:

Um estudo do município de Piranhas-AL.

Santana do Ipanema

2019

LAYNE DE LIMA VITOR

PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO NO SERTÃO ALAGOANO:

Um estudo do município de Piranhas-AL.

Trabalho de Conclusão do Curso apresentada no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Oliveira Rodrigues

Santana do Ipanema

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Educacional de Santana do Ipanema
Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

V845p Vitor, Layne de Lima

Patrimônio cultural e turismo no Sertão alagoano : um estudo do município de Piranhas-AL / Layne de Lima Vitor. – 2019.
37 f. : il.

Orientação: Rafael de Oliveira Rodrigues.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2019.

Bibliografia: f. 36- 37.

1. Turismo – Economia. 2. Patrimônio Cultural. 3. Piranhas - AL. I. Título.

CDU : 338.486

FOLHA DE APROVAÇÃO

LAYNE DE LIMA VITOR

PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO NO SERTÃO ALAGOANO:

Um estudo do município de Piranhas-AL.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Alagoas Campus Sertão. Aprovado em 21 de março de 2019.

Rafael de Oliveira Rodrigues

Prof.º. Dr.º. Rafael de Oliveira Rodrigues – Ciências Econômicas UFAL (Orientador)

Banca Examinadora:

Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa

Prof.º. Dr.º. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa – Ciências Econômicas UFAL
(Examinador Interno)

Hérmani Magalhães Olivense do Carmo

Prof.º. Msc. Hérmani Magalhães Olivense do Carmo – Ciências Econômicas UFAL
(Examinador Interno)

DEDICATÓRIA

Aos meus amados pais que sempre estiveram ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela a vida, e por ter me dado forças durante os momentos mais difíceis no decorrer do curso.

A minha família, especialmente a minha mãe Luciana Lima, ao meu pai Domingos Vitor, a minha irmã Layse Vitor e ao meu noivo Fábio Pinto, por sempre estarem ao meu lado, incentivando e apoiando nas minhas decisões.

Não poderia de deixar de agradecer ao meu dedicado orientador, o professor Rafael de Oliveira Rodrigues, pela a sua bondosa paciência, incentivo e o apoio, fazendo com que eu acreditasse que fosse capaz. A ele a minha eterna gratidão. Também aos demais professores da Unidade Santana do Ipanema, do Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas.

Também agradeço aos colegas de classe pelas amizades que foram construídas durante o curso, especialmente a Jaciane Lima que esteve ao meu lado ao longo do curso.

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é analisar a relação existente entre turismo e a cidade histórica de Piranhas - AL. Para o alcance do objetivo proposto foi utilizada uma metodologia qualitativa tomando com base artigos, dissertações e teses sobre a temática do patrimônio cultural e do turismo no Brasil. Além disso, foram realizadas entrevistas com alguns moradores e pequenos comerciantes locais. Como conclusão, as políticas de tombamento e preservação do patrimônio cultural e histórico são passadas por diferentes representações e interesses, o que acaba proporcionando uma maior ou menor ressonância dos lugares selecionados como patrimônio para com a população diretamente ligada a eles.

Palavras Chave: Patrimônio Cultural; Piranhas - AL; Turismo.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze the relationship between tourism and the historical city of Piranhas - AL. For this, we use a qualitative methodology based on articles, dissertations and theses on the theme of cultural heritage and tourism in Brazil. We also used interviews with some locals and small local entrepreneurs. We conclude by pointing out that the policies of preservation and preservation of cultural and historical heritage are passed by different representations and interests, which ends up providing a greater or lesser resonance of the places selected as heritage with the population directly linked to them.

Key words: Cultural heritage; Piranhas - AL; Tourism

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Projeto de tombamento IPHAN, 2003	27
Figura 02: Setor Estação, cidade de Piranhas de baixo	28
Figura 03: Rio São Francisco, perímetro urbano da cidade de Piranhas	30
Figura 04: CHESF, Usina Xingó	31

LISTA DE SIGLAS

CHESF	Usina Hidrelétrica de Xingó
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IPHAN	Instituto do patrimônio Histórico e artístico Nacional
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
PHC	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 Patrimônio Cultural	15
2.2 Trajetória do Patrimônio cultural no Brasil.....	18
2.3 Turismo e patrimônio cultural	22
3. METODOLOGIA	24
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
4.1 Processos de tombamento do patrimônio cultural em Piranhas	26
4.2 Resultados do tombamento para os moradores e comerciantes	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	36

1. INTRODUÇÃO

Segundo Leite (2000) é notável o quanto o turismo vem se tornando importante para o desenvolvimento de muitos municípios brasileiros, proporcionando, por um lado, inclusão econômica e social, através da geração de empregos e de renda e, por outro lado, exclusão de uma parcela significativa da população que não consegue se inserir no mercado de trabalho e também não pode pagar para usufruir dos lugares escolhidos como roteiro turístico.

É possível observar um exemplo disto quando olhamos para algumas cidades brasileiras: Salvador, na Bahia; Recife e Olinda, em Pernambuco; Penedo e Piranhas, no litoral e sertão alagoano. Todas essas cidades tem uma característica em comum: todas são cidades turísticas que tem no turismo grande parcela de suas fontes de renda. Um dado curioso sobre essas cidades que são cartões turísticos nacionais: todas elas passaram por um processo de reconhecimento e tombamento, vindo a se tornar patrimônio cultural em níveis federal, estadual e municipal.

Sobre este ponto, Leite (2002) observa que todas as cidades reconhecidas e tombadas como patrimônio cultural passam por um processo de duas vias que visa primeiro, selecionar os espaços da cidade como mais representativos de sua história e memória (os centros históricos) e, segundo, produzir mecanismos que garantam a sustentação econômica desses centros históricos, ou seja, produzi-los para o mercado do turismo.

Diante do contexto apresentado, este trabalho de conclusão de curso procura refletir sobre as seguintes questões: como se caracteriza o turismo no sertão alagoano, especificamente na cidade de Piranhas, tombada em nível municipal e federal? Como o processo de reconhecimento e posterior tombamento do centro histórico da cidade de Piranhas influenciou no surgimento e consolidação do setor turístico na cidade? Qual a importância do turismo no município de Piranhas para os moradores e o comércio local?

A cidade de Piranhas foi reconhecida como patrimônio cultural brasileiro recentemente, no ano de 2003. A partir de então começou a se desenvolver na cidade uma série de atividades turísticas, caracterizadas pelo surgimento de restaurantes, hotéis, clubes e pousadas voltadas para o lazer local. Além disso, com o tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), começou a haver um grande empenho da prefeitura da cidade e do Governo do Estado de Alagoas para divulgar a imagem da cidade

como ponto turístico no sertão alagoano, fazendo com que uma série de pessoas de fora adquirisse interesse em visitá-la.

No momento em que a cidade de Piranhas se transforma em patrimônio cultural, devido à sua importância histórica e ambiental, e passa a ser produzida como bem turístico, são definidas novas formas de uso desta cidade, como bem observa Leite (2002) quando analisa a produção turística de cidades patrimonializadas. O espaço destas cidades passa a ser projetado para um público majoritariamente externo que tem condições de consumir esse bem patrimonial nacional (com todos os serviços que ele tem para oferecer), e uma série de outras pessoas e pequenos grupos locais são excluídos deste processo (LEITE, 2000).

Levando isto em conta, a hipótese deste trabalho é de que essa exclusão ocorre porque os órgãos competentes não levam em conta a fala da população local no momento em que os espaços e lugares da cidade são selecionados como patrimônio cultural local, e passam a ser utilizados como recurso econômico com potencial para o setor turístico.

Como alternativa para este problema da exclusão de alguns grupos locais sugiro, assim como Rodrigues (2012), que os gestores públicos responsáveis pela identificação, tombamento e promoção turística da cidade levem em conta as vozes dos diversos atores diretamente envolvidos, para o melhor desenvolvimento de uma política de tombamento e turismo de cidades patrimoniais, menos excludentes e que agregue os diversos atores envolvidos nesse contexto.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar a relação existente entre o turismo e a cidade histórica de Piranhas - AL. Trata-se de identificar material bibliográfico sobre as principais discussões na temática do patrimônio cultural, com enfoque em sua relação com o turismo; analisar o modo como os moradores representam a transformação da cidade em patrimônio cultural Brasileiro; e, por fim, analisar o modo como os moradores representam a transformação da cidade em cenário turístico nacional e internacional.

Para o alcance do objetivo proposto foi realizada uma metodologia qualitativa, pautada utilização de documentos textuais e fotográficos, também na utilização de entrevistas de longa duração, seguindo a perspectiva de bola de neve assim como destacam Bauer; Gaskell (2002), ou seja, partir de um interlocutor chave conseguimos montar uma rede de contatos de pessoas ligadas ao setor turístico e a população da cidade de Piranhas que possibilitaram, através de

seus relatos, o acesso as informações sobre o tombamento da cidade pelo IPHAN e posterior desenvolvimento do mercado turístico.

Iniciamos o trabalho apresentando os autores com os quais dialogamos na fundamentação deste trabalho de conclusão de curso. Nesta parte apresentamos o que tem sido tratado na temática do patrimônio cultural, sua relação com o setor turístico e, por fim, como a economia tem tratado o tema do turismo. Em seguida, apresentamos as bases metodológicas que deram sustentação a esta trabalho. Ao fim, analisamos as falas e documentos coletados na cidade de piranhas, dando enfoque a relação que existe entre patrimônio e turismo na cidade de Piranhas.

Por fim, cabe destacar que este TCC é fruto de um projeto desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/UFAL, intitulado Patrimônio Cultural como recurso turístico: um olhar sobre a cidade de Piranhas/AL, desenvolvido entre os anos de 2017 e 2018, sob coordenação do professor Rafael de Oliveira Rodrigues.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresentamos as teorias que tratam da temática do patrimônio cultural brasileiro. Em seguida apresentamos as principais discussões que tratam da relação que existe entre o mercado do turismo e o patrimônio cultural. Por fim, discutimos como o turismo tem se apropriado do patrimônio cultural como uma estratégia de sustentabilidade financeira para as cidades patrimonializadas.

2.1 Patrimônio Cultural

Tomando como base o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), produzido pelo IPHAN, Fonseca (2000) destaca que o patrimônio cultural pode ser de natureza material (Igrejas, palácios, fortificações e casas) ou imaterial (celebrações, formas de fazer e ofícios). O instrumento que regula a identificação dos primeiros é o tombamento. Já o instrumento que regulamenta o reconhecimento dos segundos é o registro. Além destas duas dimensões, recentemente os bens naturais e ambientais de determinado país e ou grupo social também têm sido considerados patrimônio cultural.

Autores como Leite (2002) e Rodrigues (2012) destacam que o patrimônio cultural é todo o conjunto de objetos, bens e lugares representativos da identidade de determinado indivíduo, grupo social, ou nação.

A trajetória do conceito de patrimônio acaba passando por diversos momentos e desafios, que influenciam na sua estrutura e na representatividade no dia a dia. Podemos dizer que essas transformações percorrem caminhos de dificuldades e contraditórios, mas oferecendo acontecimentos marcantes que ajudaram a consolidação do patrimônio brasileiro como campo de estudos e de interesses.

Sandoval; Arruda; Santos (2009, p. 3) enfatizam que durante os séculos XV e XVI o conceito de patrimônio é utilizado como meio de recuperação do passado durante o movimento cultural renascentista. Nessa época a preocupação era com as heranças culturais passadas e nesse mesmo período surge a corrente de valorização e preservação do patrimônio pela a sua importância histórica e beleza. Além disso, existe também a valorização aos bens artísticos e históricos, as pessoas passam a ter um olhar de veneração e culto ao passado.

Com isso leva a ter um início importante para a história do turismo. Através das viagens realizadas que tinham como objetivo de educar os jovens da nobreza, onde eram levados para as cidades que se tinha o patrimônio monumental.

Diante disso, durante o século XVIII, os monumentos já eram um objeto apreciado pelos viajantes, que se torna mais intenso com o surgimento do turismo. Choay (2006 *apud* Rocha 2012, p. 24), a concepção sobre os monumentos está mais restrita as construções e objetos antigos, correlacionados a pequenos grupos diante da sociedade, com intuito manter a memória de algo importante, tanto de uma pessoa, construção ou de um objeto. Nesse caso, se destaca as esculturas, estátuas, mausoléus, colunas, arcos, entre outros elementos.

Neste contexto surge a ideia de monumento histórico. Fonseca (2000, 2009 *apud* Rocha, 2012, p. 24) fala que o monumento histórico retrata algo mais amplo e importante para a sociedade, abrangendo grande parte das pessoas ou nação, não se limitando a pequenos grupos, como acontecia com o monumento.

Assim, quando esses elementos começam a fazer parte da nação e tendo os cuidados do Estado, por razões ideológicas e de preservação, é necessário garantir as bases econômicas e jurídicas que regulem sua preservação. E a partir disso é utilizado o termo de patrimônio para definir os bens históricos e culturais, que antes era chamado por antiguidades, monumentos e monumentos históricos.

É importante imaginarmos e discutirmos todo esse processo e transformação, que se fizeram necessários para a construção e o crescimento da história do patrimônio, tanto no âmbito mundial quanto nacional. Neste aspecto, se tem na França, um país que apresentou um cenário de referência, um marco nas políticas de patrimônio cultural. Rocha (2012, p. 25) enfatiza que o cenário da França é uma perspectiva e reflexão histórica, em que o uso simbólico que era usado pelos grupos sociais passa ter um caminho diferenciado voltado para exaltar as bases do estado nação moderno.

Diante desse cenário, é importante destacar que o século XVIII é marcado por grande processo de destruição, onde acontecem com maior intensidade, várias igrejas, edificações, palacetes, entre outros monumentos são destruídos.

Camargo (2002 *apud* Rocha, 2012, p. 26), salienta que um dos principais motivos são os fatores ideológicos, em que a sociedade francesa era contra a monarquia, com intuito de apagar da memória tudo que se pertencia ao rei. Ou seja, a maioria dos monumentos era propriedade do rei, nada era satisfatório para a sociedade.

A partir de certo momento, essas inferências acabam tendo efeitos de destruição que seria a mesma coisa de vandalismo. Só depois os monumentos ganharam um novo sentido para a sociedade, e só assim se tornaram importantes, passando a representar a identidade cultural da sociedade.

Assim, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, o conceito de Patrimônio se altera, ou seja, antes os bens materiais pertenciam à igreja católica e a realeza, mas a nobreza passou a deixá-los em museus para as visitas. Sandoval; Arruda; Santos (2009, p. 3) ressaltam que nesse período o patrimônio deixa de ser privado e se torna público. Com isso os museus, acabam se tornando importantes, pois se tornam responsáveis por guardar a identidade nacional e histórica da nação.

Porém, não apenas na França, que já presenciava a existência da política de preservação, outros lugares já haviam iniciado algumas medidas de preservação. Segundo Fonseca (2000, 2006, 2009 *apud* Rocha, 2012, p. 27), esse acontecimento tem grande repercussão na Itália, através de práticas que eram realizadas pelos membros das igrejas, essas pessoas eram vistas como guardiões dos objetos religiosos.

As medidas de preservação na França só vêm a se concretizar no século XIX, no ano de 1830, quando surge a ideia da criação do cargo de Inspetor dos Monumentos Históricos. Essa iniciativa parte do escritor Prosper Mérimée, que assume o cargo, percorrendo a França com intuito de inventariar os bens culturais que se tinha no país. Esse processo acaba alavancando as práticas voltadas para o patrimônio. Essa ação foi considerada de grande valor, pois, por intermédio dela, um inventário poderia ser realizado (ROCHA 2012).

Além disso, Rocha (2012, p. 29) resalta que Prosper buscou saber da sociedade qual era o seu conhecimento e a relação que se tinha com o patrimônio, obtendo resultados diferenciados, relacionados com as informações que foram recolhidas do povo e dos intelectuais, em que a maioria tratava os monumentos como algo indiferente. Pequenos grupos tinham consciência da importância do patrimônio.

Outro fenômeno importante criado pelas políticas patrimoniais e que ganhou destaque neste período que vale ser destacado é o tombamento. Choay (2006 *apud* Rocha, 2012, p. 29) relata que esse ato surge na medida em que os bens do clero e a coroa passaram a fazer parte da nação, com objetivo de proteger os bens que pertenciam ao povo.

Porém, mesmo com todos esses procedimentos tomados para proteger os monumentos, as destruições ainda continuaram, visto que grande parte da sociedade não via nos

monumentos selecionados como representativos da nação como um objeto importante para ser resguardar a história e a cultura.

Esse cenário mudara com a Revolução Industrial, ou seja, o patrimônio será visto como meio que retrate o passado, associado de forma incipiente ainda ao mercado do turismo. Sandoval; Arruda; Santos (2009, p. 3) colocam que “o patrimônio, e os próprios museus, passaram a ser tratados como expressões do passado, totalmente desvinculadas ao presente”. Esse fator irá contribuir para o crescimento do turismo, onde as pessoas terão a curiosidade de ver as representações que retrata o passado de cada país, cidade ou lugar.

No entanto, a destruição ainda vai prevalecer um bom tempo, ao contrário da preservação que se torna cada vez mais presente, pelo fato de que a sociedade passa a ter uma consciência da importância dos monumentos, e também pelas políticas de preservação e divulgação do patrimônio cultural. Essa consciência é reforçada pelas cartas patrimoniais, que são documentos que têm como objetivo proteger o patrimônio cultural, datados no século XIX, mas só tem destaque no século XX. Elas foram criadas pela Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura (UNESCO), e têm como objetivo impor normas e condutas para sempre cumpridas pela sociedade no que tange a identificação e preservação do patrimônio cultural.

2.2 Trajetória do Patrimônio cultural no Brasil

Ao se tratar de patrimônio cultural no Brasil, antes mesmo de surgir as primeiras medidas de preservação, o país foi palco de diversas destruições contra os monumentos, que acabaram mudando o rumo dos acontecimentos.

No século XIX, o Rio de Janeiro é a primeira cidade sofrer com as transformações. Com a chegada da família real e de imigrantes. Tais transformações, como são colocadas por Rocha (2012, p. 34), a aberturas dos portos, instalações de indústrias, a criação do jardim botânico, entre outros, modificaram sobremaneira a paisagem local.

Isso se alavanca a partir do século XX, sob a influência do Regime Republicano. Várias igrejas, edificações antigas e casarios foram demolidos. Ao longo desse mesmo século, já se tem o interesse do poder público da época sobre a preservação do patrimônio. De acordo com Rocha (2012, p. 34), o Estado percebe que os bens patrimoniais pertenciam à nação, representando a história, a identidade e a cultura de um povo. Ao perceber, o Estado tem a ideia de preservar os bens e valoriza-lo para as gerações futuras.

Nesse contexto, entram os intelectuais modernistas que serão os reesponsáveis por decidirem tudo que se liga aos bens patrimoniais e se preocupar com a construção da identidade nacional (ROCHA, 2012, p. 34). Eles entram em ação a partir do momento que são feitas as denúncias sobre cidades históricas abandonadas e monumentos que estão sendo destruídos. Pois, para eles os bens pertencem à nação e devem ser protegidos.

Segundo Pires (*apud* Dantas, 2013, p. 225) a década de 1930 se tem um importante marco inicial da atuação do Estado brasileiro sob a proteção do patrimônio cultural, viabilizada de fatores econômicos, intelectuais e jurídicos. Nesse mesmo período o Estado traz ao seu lado a ideia de nação, que complementarmente os interesses dos intelectuais.

Com relação a isso, Pires (*apud* Dantas, 2013, p. 225) ainda argumenta que os intelectuais passam a direcionar sua atuação para o Estado, buscando identificar como o representante da ideia de nação se torna capaz de garantir a ordem e a organização dentro de um país, no qual se encontrava em conflitos. Por tanto, podemos dizer que os intelectuais eram pessoas capazes de comunicar as manifestações culturais dentro do país gerando assim uma identidade nacional. Então, varias denúncias foram feitas para os intelectuais modernistas de como os bens patrimoniais do Estado se encontravam. A partir daí os intelectuais têm a ideia de visitar todas as localidades para verificar de perto como estava sendo a utilização e a situação do patrimônio em cada cidade.

Devido todo esse cenário e a importância que o patrimônio acabou adquirindo leis e decretos como forma de preservação. Em 1933 se tem a primeira iniciativa federal de reconhecimento de patrimônio cultural, pelo decreto nº 22.928. Onde a cidade de Ouro Preto é escolhida como Monumento Nacional. De acordo com Rocha (2012, p. 35) isso se deu pelo fato de Ouro Preto ter presenciado vários acontecimentos históricos e ter monumentos importantes. E deixa de ser uma “cidade do atraso” e passa ser considerada como um conjunto arquitetônico de valor cultural.

Os intelectuais vão em busca de serviço que fizesse parte ao Estado com objetivo de cuidar de elementos considerados patrimônio histórico e artístico, criando assim em 1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com o anteprojeto inspirado no esboço de Mário de Andrade, a pedido do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Segundo Oliveira; Vitte (2004) com a criação do SPHAN tem início às políticas de identificação e preservação do patrimônio cultural no Brasil. Essas políticas passam por três fases distintas até a sua consolidação.

A primeira fase (1937-1967) é conhecida como “fase heroica”, marcada pela busca de uma cultura e uma identidade brasileira. O processo de patrimonialização está relacionado com a história do Brasil e com as dificuldades enfrentadas durante a implementação da política de preservação patrimonial (RAMOS; SANTOS, 2017, p. 167). Oliveira; Vitte (2004) observam ainda que nesse período se buscava uma identidade brasileira e uma cultura, que é encontrada durante o período colonial nos “bens de pedra e cal”. Vale destacar que se tinha o grande interesse de que as pessoas comessem a ver com outros olhos o valor do patrimônio e a sua importância para a preservação.

Com a divulgação da carta de Veneza em 1964, os cientistas brasileiros passam a ter o interesse às políticas mundiais de preservação, a SPHAN solicita a UNESCO uma visita para o Brasil, a fim de avaliar o patrimônio e seu estado de conservação. Com isso, acaba proporcionando o potencial turístico nesses lugares visitados.

Na segunda fase das políticas de patrimônio cultural no Brasil (1967-1990), a SPHAN deixa de ser uma secretaria do governo estadual e se torna o IPHAN. Em 1970 as políticas se tornam mais expansivas, ou seja, têm mais autonomia para aplicar às políticas de patrimônio no Brasil. Além disso, abrem-se caminhos para as categorias do patrimônio imaterial e natural, possibilitando conhecer novas culturas locais, ligadas à dança, paisagens, comidas, entre outras manifestações populares.

Nesse período foram criados programas, em 1973 surge o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PHC) que tinha com objetivo promover a restauração do patrimônio com base em obras de infraestrutura interligadas à preservação do patrimônio, proporcionando o desenvolvimento do turismo. Já em 1975 é criado o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), buscando trabalhar o patrimônio imaterial, com intuito de construir um sistema para descrever e verificar a dinâmica cultural por meio de bancos de dados.

É interessante observar, como é colocado por Ferraz (2012, p. 8), que em algumas regiões brasileiras, a política de preservação acaba sendo de larga escala, por exemplo, as cidades de Ouro Preto e Mariana apresentam antigas construções retratando a memória histórica local. Onde há um fluxo de turistas, gerando lucros e troca de conhecimento entre as pessoas que passam a visitar as cidades na busca de contato com outras culturas e histórias.

Em 1990, se inicia a terceira fase com o fim da Fundação Pro Memória, ou seja, não tendo mais o valor documental do patrimônio e dando fim a todos os trabalhos de inventário.

Nesse mesmo período é criado pelo o Ministério da Cultura o programa Monumento com objetivo de resgatar e conservar os monumentos importantes do país.

Com isso se tem a iniciativa da preservação privada, onde o patrimônio passa a ser visto como uma mercadoria se tornando um produto de consumo, como coloca Zukin (2001 *apud* Oliveira e Vitte, 2004) a “disneyficação dos centros históricos”. Em outras palavras se tem o incentivo das políticas patrimoniais para o turismo.

Oliveira; Vitte (2004) colocam que a política neoliberal criada no país, na década de 1990, acaba proporcionando transformação nos centros históricos preservados, possibilitando cenários que possam ser usufruído como lazer para a sociedade. Assim, ocorre a valorização dos bens culturais e a junção do turismo com o patrimônio cultural.

A política neoliberal implantada no país, a partir da década de 1990, acabou por incorporar o patrimônio à vida contemporânea, ao transformar os núcleos históricos preservados em cenários para o consumo e para a satisfação das necessidades de lazer da sociedade. Assim, a difusão do turismo e a crescente valorização econômica dos bens culturais, promoveram a consagrada união entre turismo e patrimônio cultural, empreendida pelo poder público como uma forma de garantir a sustentabilidade do próprio patrimônio e o futuro econômico de muitos municípios (LEITE, 2000).

Esta parceria entre patrimônio cultural e turismo se consolida com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e uma series de empresas estaduais e municipais empenhadas em produzir um valor turístico para esses lugares entrarem em cena. Rodrigues (2012) destaca que a política de patrimonialização nacional está intrinsecamente ligada ao mercado turístico, tendo como base uma série de investimentos públicos, mas também privados. Assim, algumas cidades que aposte na transformação do patrimônio cultural como recurso turístico de certa forma irá aumentar os seus lucros através dos gastos que são realizados pelos turistas, por meio de hospedagens, alimentação e lazer.

Todavia, a pesar desta intensificação com o mercado do turismo, também é possível observar, assim como Fonseca (2000), que esta terceira fase possibilita consolidar, tardiamente, a ideia de patrimônio imaterial, valorizando celebrações, comida e modos de fazer de grupos até então não contemplados com as políticas de patrimônio cultural.

2.3 Turismo e patrimônio cultural

Segundo Silva (2004), o turismo é uma atividade marcante e relevante nas sociedades pós-industriais, um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos que se originou e se desenvolveu ao longo do século XX. Durante as últimas décadas, as atividades turísticas vêm adquirindo maior importância para as atividades que são desenvolvidas pelo mundo.

Borelli (2010), por exemplo, define o turismo como uma atividade industrial real, considerando a existência de um processo de transformação de matérias-primas para a elaboração de produtos que são comercializados e consumidos no mercado. Ou seja, a matéria prima é constituída pelos recursos naturais ou culturais que acabam sofrendo transformação antes de serem consumidas no mercado turístico. Nesse sentido, o patrimônio cultural se torna uma matéria prima ideal para o mercado turístico mundial.

Borelli (2010) parte do pressuposto de que é possível falar do turismo como uma indústria, que engloba os setores de gastronomia, hospedagem, lazer, marketing, propaganda, tendo como objetivo a produção de determinados bens e lugares patrimoniais em objetos de consumo.

Somando-se a isto, Andrade (1992 *apud* Prediger 2014) aponta dois aspectos fundamentais da atividade turística:

O primeiro é teoricamente, o turismo é um conjunto de questões de ordem técnica, financeira ou cultural que estão relacionadas com a importância do fluxo de pessoas que viajam para lazer em um determinado país ou região. E o segundo na prática, o turismo objetiva estabelecer um conjunto de mecanismos para atrair aqueles que fazem turismo, oferecendo pontos de atração e providenciando os serviços imprescindíveis. Apesar do reconhecimento de sua importância, o turismo é, frequentemente, associado a lazer e descanso.

A atividade turística engloba uma série de conjuntos de serviços. Prediger (2014) afirma que dentre eles podemos identificar as vias de acesso que necessitam ser transitáveis e sinalizadas, locais de hospedagem, transportes, atrações naturais, alimentação, entre outros. Todo esse conjunto de serviços pode ser visto como um meio de negócio que acaba gerando renda e empregos, diretos e indiretos e mais ainda: produzindo o patrimônio cultural como uma mercadoria passível de ser consumida.

Diante disso, é importante destacar que estes diversos setores promovem a produção de determinados lugares patrimoniais como potencialmente turísticos, visando atrair o maior

número de visitantes. Produzem, assim, elementos culturais, históricos e paisagísticos, agregando um valor de consumo para esses lugares.

Com base dos autores, pode se concluir que o turismo pode ser considerado como um produto que é disponibilizado para a sociedade, para aquele que se encontra em busca de aventura, conhecimento ou uma local onde pode garantir o seu bem estar, onde não é encontrado na sua rotina.

3. METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo proposto foi utilizada uma metodologia qualitativa pautada em levantamento bibliográfico, levantamento documental e entrevistas em longa duração.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico em sites especializados em pesquisa acadêmica no Brasil: Plataforma CAPES e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Em seguida, foram consultadas as plataformas de dados das principais bibliotecas que existem em algumas universidades brasileiras, por exemplo, a Biblioteca da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em suas diferentes sedes, polos e unidades, especialmente em Delmiro Gouveia e Maceió, também na Biblioteca da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), na Biblioteca do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), em Piranhas e, por fim, na biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tomamos como base artigos cujo tema girava em torno das relações entre o patrimônio cultural e o turismo no Brasil, foram encontrados artigos de diversas áreas da produção de conhecimento: economia, história, antropologia, museologia, turismo e arquitetura.

Vale ressaltar que esses materiais serviram para a próxima etapa do trabalho, quando foram realizadas as visitas à cidade de Piranhas para a realização das entrevistas em longa duração com alguns moradores e pequenos comerciantes locais. Com a finalidade de captar os impactos do reconhecimento de Piranhas/AL como patrimônio brasileiro e sua posterior consolidação como roteiro turístico para os moradores e os pequenos comerciantes locais.

É importante frisar, assim como Bauer; Gaskell (2002) estas tipologias de entrevistas são ideais para pesquisa em ciências sociais, quando o foco é captar a percepção de indivíduos ou grupos sociais sobre variados temas e sua relação com a história de suas vidas e estes temas.

Ainda sobre a coleta dos dados cabe destacar que ela foi realizada em dois momentos, no primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema patrimônio cultural e a história da cidade, focando no tombamento de Piranhas e pessoas que pudesse contribuir para as realizações das entrevistas. Para a seleção da amostra das pessoas entrevistadas, foi usado o meio “bola de neve” (BAUER; GASKELL, 2002), em que uma pessoa foi indicando outros nomes que poderia ser entrevistados. Desse modo montamos uma rede de interlocutores que contribuíram com seus relatos e entrevistas, indicação de documentos textuais e fotográficos.

Assim, foi realizada uma visita ao Centro Xingó, a partir dela conhecemos o guia turístico local que foi o nosso principal interlocutor de informações. O Nosso interlocutor disponibilizou documentos referentes ao tombamento como: o projeto de tombamento e salvaguarda do IPHAN, uma peça de teatro, intitulada “O casamento do Doutor Patrimônio com a dona Comunidade”. Além disso, indicou pessoas chaves, como as duas guias do Museu do Sertão e a ex-secretária de turismo da cidade, proprietária do Solar Rodrigues, para contribuir com a pesquisa.

Após conseguirmos essas informações, demos início à próxima fase da vista de campo, para a realizações das entrevistas com a ex-secretária de cultura. Ela disponibilizou informações importantes que contribuíram para a construção do trabalho. Ela também indicou nomes de pessoas, uma delas foi o um casal de pescadores, os quais estão inclusos no perímetro tombado. Os mesmo puderam falar sobre as suas impressões como moradores da cidade por terem um estabelecimento na área tombada.

Além de coletar as falas dessas pessoas, também entrevistamos um microempreendedor de Delmiro Gouveia, próximo da cidade de Piranhas, no qual trabalha com a produção de doces caseiros que são feitos de forma artesanal. Ele comercializa o seu produto na cidade de Piranhas para alguns mercados, restaurantes, bares e centro de artes da cidade.

É importante destacar que este trabalho não foi submetido à autorização prévia do CEP. Diante disso, tomamos como base a resolução n. 510/2016 do Manual Operacional para Comitês de Ética em Pesquisa, e optamos por não divulgar os nomes dos entrevistados e também não utilizar os dados na divulgação mais ampla dos resultados desta pesquisa (mesmo que alguns deles sejam pessoas públicas da gestão da cidade), focando apenas nos dados secundários, como documentos textuais e nas falas institucionais (de pessoas públicas), para divulgação futura dos resultados nos periódicos científicos da área sobre a qual esta pesquisa está alicerçada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo apresentamos uma análise da relação entre o turismo e o centro histórico da cidade de Piranhas. Iniciamos com um contexto sobre como se deu o tombamento da cidade, focando especialmente no crescimento do setor turístico na cidade. Em seguida, analisamos o resultado do tombamento para alguns comerciantes locais e moradores da cidade.

4.1 Processos de tombamento do patrimônio cultural em Piranhas

As instituições chave para o processo de tombamento da cidade de Piranhas foram: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Usina Hidrelétrica de Xingó (CHESF), o Instituto Xingó e a prefeitura do município.

Essas instituições contribuíram direta e indiretamente no processo de tombamento. Com base Ribeiro; Souto; Gomes (2009, p. 5), Piranhas possui o tombamento em níveis estadual e federal, como área de interesse histórico e cultural. Segundo esses autores, o tombamento em nível nacional ocorreu no ano de 2003, e o estadual se deu entre 1998 a 2000, tendo como característica em comum o tombamento do rio São Francisco.

Com base no relato da ex-secretária de turismo da cidade, que além de moradora é um empreendedora local, é possível observar que:

[...] a proposta de tombamento surgiu devido a uma grande ameaça que nós tínhamos que enfrentar ainda, que era construção de mais uma barragem no rio São Francisco, que seria a Barragem de Traíra em Pão de Açúcar e aqui seria emoldada (INFORMAÇÃO ORAL)¹.

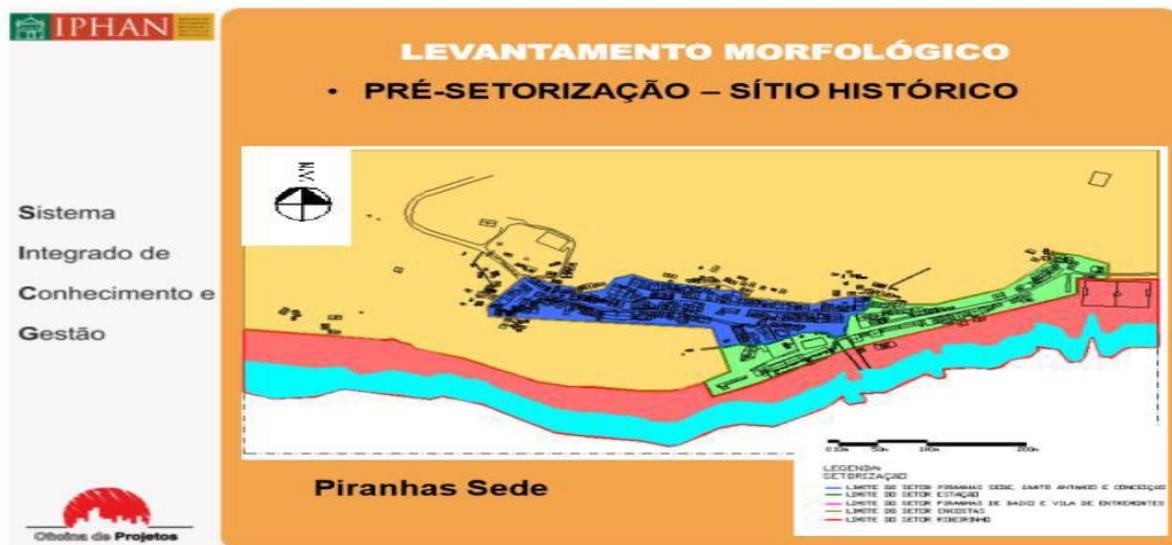
Com isso foi dado início a proposta de tombamento em nível federal, que, nas palavras dele, ocorreu “devido ao empenho de um arquiteto da CHESF, o qual procurou a prefeitura para divulgar a importância arquitetônica e paisagística da cidade, promovendo oficinas, audiências públicas e capacitações em escolas para se atingir esse objetivo”. Também houve parcerias com as Universidades para o processo do tombamento.

¹ Entrevista concedida ao autor, maio de 2018. (TURISMO, ex-secretária. Entrevista III. entrevistador Rafael de Oliveira Rodrigues. Piranhas, 2018. Arquivo Mp3 [60 min.]

É importante destacar que a CHESF teve um papel decisivo no tombamento, realizando os primeiros estudos que dariam base para o reconhecimento da cidade como patrimônio pelo IPHAN.

Em 2003, Piranhas consegue o tombamento em nível Federal, tornando-se proibido alterar a paisagem e as fachadas do centro histórico.

Figura 01: Projeto de tombamento IPHAN, 2003



Fonte: IPHAN

Articulando a fala de nossa interlocutora com o projeto de tombamento do IPHAN (2003), observa-se que toda a área ribeirinha foi tombada como patrimônio histórico. Durante o processo de tombamento o IPHAN dividiu o perímetro a ser tombado em cinco setores como pode ser visto na figura 01.

A figura acima ainda mostra que o centro histórico foi dividido em cinco setores. O azul denomina o setor Nossa Senhora, Santo Antônio e Conceição onde se tem a maior riqueza arquitetônica. Em seguida, se tem o Setor Estação representado e pela cor verde, é a parte dos edifícios que formavam ferrovia e contem construções com características arquitetônicas. Na cor rosa, o Setor Piranhas de Baixo e Entremontes composta por duas áreas distintas com construções contemporâneas tendo praticamente uso residencial, comércio e serviços. A parte vermelha, demarcada o limite do Setor Encostas, composta por construções simples, se tem o uso residencial e estando no processo de ocupação por os serviços hoteleiros

e restaurantes. E por último, o Setor Ribeirinho, é a parte vermelha, ocupada pela a área do rio São Francisco, no qual está incluso no perímetro tombado (IPHAN, 2003, p. 7)

Portanto, durante o processo de tombamento, foi levado em consideração uma arquitetura e paisagem para a escolha do local como patrimônio histórico, focando no perímetro urbano do rio como patrimônio natural da cidade, ou seja, o tombamento não ficou apenas restringido a proteger um bem material.

Figura 02: Setor Estação, cidade de Piranhas de baixo.



Fonte: Acervo projeto Patrimônio Cultural como recurso turístico: um olhar sobre a cidade de Piranhas/AL

Na figura 02 é possível observar as fachadas do casario que compõe a paisagem do centro histórico da cidade de Piranhas, especialmente o Setor Estação. Este setor tem sido mais valorizado com a injeção de estratégias para o turismo no local, por ser próximo ao rio e congrega elementos arquitetônicos e paisagísticos fundamentais na visão dos arquitetos do IPHAN para garantir o tombamento.

Como bem observa Leite (2000) e Fonseca (2002), são exatamente estas características que são mobilizadas para produzir a imagem turística das cidades patrimonializadas dentro da lógica de mercado. Neste sentido, este setor se torna uma vitrine, um cartão postal da cidade, que passa a ser divulgado nacionalmente e internacionalmente, fomentando elementos locais como objetos de consumo do mercado de bens culturais e turísticos.

4.2 Resultados do tombamento para os moradores e comerciantes

Entrevistamos a proprietária da pousada Solar dos Rodrigues. Ela nos apresentou um pouco sobre a história da cidade como moradora.

Piranhas surge por conta da navegação no rio São Francisco, no final do século XIX foi construído a estrada de ferro que saía de Piranhas até Petrolina pelos os ingleses na cidade Paulo Afonso com intuito de unir o sertão. Onde foi que impulsionou o desenvolvimento local. Mas, a ferrovia está desativada para construir as rodovias. Com isso a cidade acaba se estagnando, o movimento que se tinha no comércio não se tem mais. As pessoas tiveram que saírem da cidade por falta de trabalho (INFORMAÇÃO ORAL)².

No relato da nossa interlocutora é possível perceber ao menos duas referências históricas que conferem a cidade status de patrimônio histórico e cultural. Primeiro o rio São Francisco e sua histórica diretamente ligada ao surgimento da cidade, o qual se dá através das rotas de navegação do rio. O segundo, a estrada de ferro, que ligava o sertão pernambucano e alagoano.

² Idem, Ibidem.

Figura 03: Rio São Francisco, perímetro urbano da cidade de Piranhas.



Fonte: Acervo Projeto Patrimônio Cultural como recurso turístico: um olhar sobre a cidade de Piranhas/AL

Nesta imagem é possível observar as margens do rio São Francisco na cidade de Piranhas. Segundo a argumentação de Leite (2000) de que o setor turístico se aproveita do patrimônio cultural como um recurso turístico, é possível argumentar que o rio passa a ser o elemento da paisagem mais importante na fomentação do turismo local, atraindo pessoas de diversas regiões do país e do mundo.

Outra coisa importante na fala moradora e comerciante local é o período de estagnação pelo qual passou a cidade, esse cenário só irá mudar com a vinda da Usina de Xingó, ligada com a CHESF, a qual transformou sobremaneira a paisagem socioeconômica da cidade, influenciando principalmente no processo de tombamento da cidade.

Figura 04: CHESF, Usina Xingó.



Fonte: Projeto Patrimônio Cultural como recurso turístico: um olhar sobre a cidade de Piranhas/AL

Nesse sentido, a Hidrelétrica modificou sobremaneira a paisagem local. Curioso é notar que a própria CHESF teve um papel predominante no tombamento a nível federal e municipal da cidade. Isso trouxe um efeito colateral, como observa Ribeiro; Souto; Gomes (2009): uma vez que o perímetro urbano do rio foi tombado a própria usina se viu obrigada a encerrar seus projetos de novas usinas na região, o que contribuiu para preservação do rio. Entretanto, o aumento do turismo surge como uma ferramenta de degradação do rio, uma vez que altera as dinâmicas dos pescadores e da própria paisagem. Isso tem ressonância no argumento de Leite (2000) de que o turismo ligado ao patrimônio não traz apenas sustentabilidade econômica aos lugares patrimonializados, mas também degradação e exclusão, em grande medida.

Nossa interlocutora também destaca que outra ferramenta que também contribuiu para o reconhecimento da cidade a ter mais visibilidade foi a mídia. Segundo ela:

Foram realizadas diversas produções cinematográficas, como a história do cangaço que foi transmitido pelo o Globo Reporte retratando o ultimo dia de Lampião. Também teve o filme Bye Bye Brasil considerado um dos melhores filmes nacionais, Casseta e Planeta, entre outros (INFORMAÇÃO ORAL)³.

No que se refere ao patrimônio de natureza imaterial, nossa interlocutora destaca que:

Vale destacar que ainda não se tem um patrimônio imaterial tombado, mas já há proposta de registro de dois blocos carnavalescos os Provadores e as Borboletas, que saem durante a Semana Santa acompanhado por uma sanfona e um trio pé de serra, tocando músicas carnavalescas (INFORMAÇÃO ORAL)⁴.

Uma vez tombado o patrimônio histórico da cidade, com enfoque inclusive em elementos naturais, o rio São Francisco, é chegada a vez de pensar estratégias para registrar outros elementos culturais, estes de cunho mais populares, como exemplo dos pequenos blocos de carnaval.

É importante perceber, assim como Leite (2002), Gonçalves (2007) Ribeiro; Souto; Gomes (2009) e Rodrigues (2012), as dimensões conflitivas do patrimônio. Em outras palavras, é possível observar que num primeiro momento o interesse se deu predominantemente a partir do patrimônio material representativo da historia oficial da cidade: vinda da ferrovia, utilização do rio pelos comerciantes. É apenas agora, que o patrimônio imaterial, com enfoque em manifestações populares começa a ganhar destaque.

A fala dela também é interessante para observarmos um pouco das dinâmicas locais dos moradores, uma vez que, além de ter sido secretária de cultura, ela também é moradora da cidade e comerciante, do setor de hotelaria.

Sobre as suas memórias como moradora, ela recorda que:

³ Idem, Ibidem.

⁴ Idem, Ibidem.

Quando eu era criança ajudava meu pai no balcão de um pequeno comércio que tínhamos na cidade. Com o tombamento a cidade ganhou uma projeção nacional, e tivemos que nos adaptar ao turismo. As pessoas começaram a montar negócios em suas próprias casas, no campo de hotelaria, uns forma alugando um quarto ali e aqui de suas próprias casas, outros resolveram mudar e adaptar suas casas como pousadas locais. Mas o tombamento também não trouxe apenas benefícios. Uma série de pessoas está enfrentando processos federais porque não conseguem entender a lógica do IPHAN, e insistem em modificar suas fachadas (INFORMAÇÃO ORAL).⁵

Este trecho ilustra dois pontos. Primeiro as transformações que foram promovidas com o tombamento da cidade, especialmente com a vinda de grupos externos à cidade, como o setor turístico. Segundo, os conflitos observados por Leite (2002), Gonçalves (2007), Ribeiro; Souto; Gomes (2009) e Rodrigues (2012), sobre as diferentes formas de se apropriar do patrimônio histórico, construindo negócios de família voltados ao setor turístico, e também aos conflitos que envolvem o reconhecimento da cidade, materializados nos processos que envolvem a população local, com dificuldade em compreender a lógica da patrimonialização e o poder público, responsável pela gestão e preservação dos centros históricos.

Ao analisarmos a fala da nossa interlocutora como moradora da cidade, podemos notar que a cidade é um ótimo lugar para morar, pois existem momentos de calma e de festas, e além de ser uma cidade muito procurada por conta do rio São Francisco. No entanto, no comércio só tem o funcionamento dos restaurantes, pousadas, passeios de catamarã, ou seja, novas formas de comércio. O interessante é que grande parte dos estabelecimentos só funcionam à noite. Leite (2002) coloca que isso ocorre devido aos lugares patrimonializados que são utilizados como um recurso pelo setor turístico.

Foi possível também, conversarmos com um casal de pescadores que são donos de um bar que fica já no final da cidade. Ao serem perguntados se o turismo contribuiu para o desenvolvimento do seu negócio e se os turistas iam muito ao estabelecimento para consumir. Segundo eles:

[...] aqui é fora do roteiro dos turistas, quem vai para Entremontes vai de carro, ou então de barco. Só quem consome aqui somos nós pescadores, vizinhos, da vila. O turismo foi bom apenas para aqueles que conseguiram ganhar dinheiro com os passeios de barcos. Só foi bom para eles que foram trabalhar com as empresas de turismo da cidade (INFORMAÇÃO ORAL)⁶.

⁵ Idem, *ibidem*.

⁶ Entrevista concedida ao autor, maio de 2018. (PESCADORES, Casal de. Entrevista IV. Entrevistador Rafael de Oliveira Rodrigues. Piranhas, 2018. Arquivo Mp3 [60 min.]

Além disso, eles falam que devido ao tombamento, não podem modificar e melhorar seu estabelecimento, o que acabando dificultando para o crescimento do bar. Nesse sentido, não se tem grande interesse do setor público para incentivar o turismo para aqueles que foram menos favorecidos com o tombamento, então acaba se excluindo ao mercado do turismo.

Durante as visitas a cidade percebemos que para uma parcela dos moradores que residem no local o tombamento teve um aspecto positivo, visto que abriu portas para serem donos de seu próprio negócio, principalmente para aqueles que moram próximos ao museu e da orla. Possibilitando novos meios de subsistência, ou seja, a abertura de restaurantes, bares e hotéis. E no mesmo tempo acaba aproveitando do patrimônio para o seu próprio benefício, abrindo portas também para outras pessoas queiram investir no comércio na cidade.

Como no caso de um microempresário da cidade de Delmiro Gouveia, no qual tem sua renda por meio da fabricação e comercialização de doces, onde o mesmo vem até a Piranhas para vender os produtos. Foi perguntado a ele se o fato da cidade de Piranhas ser um local turístico influencia no desenvolvimento do seu negócio. Segundo ele:

Influência bastante, até porque como falei o doce é artesanal, é feito de uma maneira caseira com a receita própria aqui da região nordeste e aí quem acaba vindo não posso dizer que venha a procura do doce, mas quem acaba vendo e se interessa, aí passa divulgar e influencia bastante também, porque é uma coisa tradicional da região. Então a questão do Turismo abre as portas para todo tipo de negócio, para gente pode-se dizer que abre bastante (INFORMAÇÃO ORAL)⁷.

Podemos observar que o tombamento para alguns não foram tão favorável, por exemplo, o casal de pescadores, já para outros sim, como o microempreendedor teve oportunidade de expandir os produtos. Com base Santos (2001), Leite (2002), Gonçalves (2007) e Silva (2018) não se tem apenas uma maneira possível na qual as pessoas possam ser delimitar em contextos que envolvem o reconhecimento de determinados lugares como patrimônio e seu relacionamento com o turismo.

⁷ Entrevista concedida ao autor, maio de 2018. (SETOR GASTRONÔMICO, Empreendedor. Entrevista V. entrevistador Laís Carolina da Silva. Delmiro Gouveia, 2018. Arquivo Mp3 [60 min.]

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar o impacto do reconhecimento de Piranhas como patrimônio brasileiro e sua posterior consolidação como roteiro turístico para os moradores e pequenos comerciantes que nela habitam. Em outras palavras, procuramos analisar o modo como os moradores e comerciantes representam a transformação da cidade em patrimônio cultural brasileiro e investigar o modo como os moradores e os pequenos comerciantes representam a transformação da cidade em cenário turístico nacional e internacional.

Para o alcance do objetivo proposto foi realizada uma metodologia qualitativa, baseada na coleta de dados secundários, como artigos científicos sobre a temática do patrimônio cultural brasileiro, documentos, como catálogos, fotos, além de dados primários, como entrevistas semiestruturadas com uma personalidade local. Porém foi utilizado apenas alguns fragmentos das entrevistas.

Através das entrevistas foi possível perceber que uma parte dos moradores vivenciam o tombamento da cidade e a posterior vinda do setor turístico para o local, como algo positivo. Porém, o tombamento e o turismo provocam bastante ressonância para a população local, especialmente para os que investiram em turismo. Foi possível observar ainda que também houve um grupo da população, para o qual o tombamento e o turismo trouxeram pouca ressonância, é representado na fala do casal de pescadores.

Com base os autores com quem dialogamos neste estudo (BORELLI, 2017; RODRIGUES, 2012; LEITE 2000; FONSECA, 2002, entre outros) é possível observar que as políticas de tombamento e preservação do patrimônio cultural são perpassadas por diferentes representações e interesses, o que promovem uma maior ou menor ressonância dos bens e lugares selecionados como patrimônio para com a população diretamente ligada a eles.

REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W; GAKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2002.

BORELLI, Elizabeth. **Economia do Turismo: São Paulo como Capital do Turismo de Negócios**. Disponível em <http://www.pucsp.br/eitt/downloads/viii_ciclo_debate/VIII_Ciclo2010_Art_Elisabeth_Borelli.pdf>. Acesso em 17 Março de 2017.

DANTAS, Fabiana Santos. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan): um estudo de caso em direito administrativo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 264, p. 223-243, set/dez. 2013

FERRAZ, Luana Maria Cavalcanti. Uma reflexão acerca da contribuição do patrimônio cultural no desenvolvimento do turismo de base local. **Revista de periódicos em turismo**. Vol.1, No 1 (2012).

FONSECA, Cecília Londres. **Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio**. Brasília, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.

IPHAN. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Piranhas, 2003

LEMONS, Leandro de. **O Valor Turístico: (Re)Definindo a Economia do Turismo**. Disponível em <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/valortur2.html>>. Acessado em 17 Março de 2017.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 49, pp. 2002, 115 - 172.

MASSUCATE, Yvonne Archanjo. **O papel do iphan na construção da brasilidade**. Disponível em <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a9.pdf>> Acesso em 18 Abril de 2018.

NETTO, Denise Scótolo e Alexandre Panosso. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. Disponível em:<<http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano9-edicao1/2.pdf>> Acesso em 19 de Julho de 2016.

NODARI, Maria Zenaide Ricardi. **As Contribuições do Turismo para a Economia de Foz do Iguaçu**. Disponível em <<http://www.economia.ufpr.br/Teses%20Doutorado/Maria%20Zenaide%20Ricardi%20Nodari.pdf>>. Acesso em 16 Maio de 2017.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. Vitte, Claudete de Castro Vitte. **O fenômeno turístico e suas implicações na cidade de ouro preto**.Disponível em

<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT15/melissa.pdf>. Acesso em 11 Setembro de 2018.

PREDIGER, Mayara Ines Sossmeier Albring. Turismo como alternativa de desenvolvimento no município de esperança do sul. Disponível em <[http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2879/Vers%C3%A3o%20Final%20TCC%20\(Usu%C3%A1rio%20Mayara%20Prediger\)%20\(Data%2004-12-2014%2012h51m\)%20TCC%20versao%20final.pdf?sequence=1](http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2879/Vers%C3%A3o%20Final%20TCC%20(Usu%C3%A1rio%20Mayara%20Prediger)%20(Data%2004-12-2014%2012h51m)%20TCC%20versao%20final.pdf?sequence=1)>. Acesso em 18 de Julho 2016.

RIBEIRO, Marcelo; SOUTO, C. B; GOMES, E. M. L. Uma análise das políticas públicas em turismo e patrimônio cultural em dois municípios do estado de Alagoas/Brasil: Penedo e Piranhas. **CULTUR – Revista de Cultura e Turismo**, ano 03, n 02, 2009.

RODRIGUES, Rafael de Oliveira. Repensando as representações acerca do patrimônio histórico: olhares sobre o tombamento de uma antiga base de atracação de Zeppelins. In: TAMASO, Isabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: ABA Publicações, 2012, p. 319-342.

ROCHA, Fernanda Daniela Chaves. **Patrimônio e turismo cultural: problemas e perspectivas nos centros históricos de João Pessoa e Salvador**. Disponível em <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9041>> Acesso em 18 Setembro de 2017.

RAMOS, Silvana Pirillo. Santos, Greciene Lopes dos. Políticas de Educação Patrimonial: Considerações sobre as Casas do Patrimônio em Alagoas, Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR**, Penedo, Volume 7, Dossiê Número 3, dez. 2017, p. 167-186.

SILVA, Kely Cristina Mendes. A importância do turismo para o desenvolvimento econômico do estado de espírito santo. Disponível em <<http://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Publicacoes/Outras/Monografias/KELYCRISTINAMENDESASILVA.pdf>> Acesso em 19 de Julho de 2016.

SANTOS, Mary Nadja Lima. Barbosa, Jenny Dantas. Percepção do turismo no cotidiano dos dirigentes: caso Xingó. **Turismo em Análise**. São Paulo, 12 (1): 86 – 105. Maio 2001.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Escolas, cidades e seus patrimônios: dinâmicas escolares de patrimonialização cultural. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e172781, 2018.

SANDOVAL, Carolina da Graça. ARRUDA, J. S. SANTOS, N. C. **Ouro Preto Impactos da atividade turística em uma cidade tombada**. Revista Itinerarium v.2 2009.